# CONCURSO PÚBLICO N.º 8064/2021

# PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS – JANEIRO A DEZEMBRO

# CADERNO DE ENCARGOS

**Serviço de Aprovisionamento**

**Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.**

**CONCURSO PÚBLICO N.º 8064/2021** ---- **4**

**CADERNO DE ENCARGOS** ---- **4**

DISPOSIÇÕES GERAIS ---- 4

Artigo 1.º ---- 4

OBJETO ---- 4

Artigo 2.º ---- 4

ENTIDADE ADJUDICANTE ---- 4

Artigo 3.º ---- 4

CONTRATO ---- 4

Artigo 4.º ---- 5

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ---- 5

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ---- 5

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR ---- 5

Artigo 5.º ---- 5

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR ---- 5

Artigo 6.º ---- 5

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - OBJETO DO CONTRATO ---- 5

Artigo 7.º ---- 6

OBJETO DO DEVER DE SIGILO ---- 6

Artigo 8.º ---- 6

NEGOCIAÇÃO ---- 6

OBRIGAÇÕES DO HDFF, EPE ---- 6

Artigo 9.º ---- 6

PREÇO CONTRATUAL ---- 6

Artigo 10.º ---- 7

CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO ---- 7

PENALIDADES CONTRATUAIS ---- 7

Artigo 11.º ---- 7

INCUMPRIMENTO ---- 7

Artigo 12.º ---- 7

SANÇÕES POR INCUMPRIMENTO ---- 7
Artigo 13.º ---- 8
SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO ---- 8
Artigo 14.º ---- 8
FORÇA MAIOR ---- 8
Artigo 15.º ---- 8
RESOLUÇÃO POR PARTE DO HDFF, EPE ---- 8
Artigo 16.º ---- 9
RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR ---- 9
CAUÇÃO ---- 9
Artigo 17.º ---- 9
CAUÇÃO ---- 9
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS ---- 9
Artigo 18.º ---- 9
FORO COMPETENTE ---- 9
DISPOSIÇÕES FINAIS ---- 10
Artigo 19.º ---- 10
CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO ---- 10
Artigo 20.º ---- 10
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ---- 10
Artigo 21.º ---- 10
ADJUDICAÇÃO POR LOTES ---- 10
ANEXO A ---- 11
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ---- 11

**CONCURSO PÚBLICO N.º 8064/2021**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS – JANEIRO A DEZEMBRO**

# CADERNO DE ENCARGOS

## DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 1.º

**OBJETO**

O presente Caderno de Encargos tem por objeto a **Aquisição de Serviços Médicos – janeiro a dezembro**, para o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E. (HDFF, EPE), conforme especificações técnicas.

### Artigo 2.º

**ENTIDADE ADJUDICANTE**

A entidade adjudicante é o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., abreviadamente designada por HDFF, EPE, sito na Rua do Hospital, Gala, 3094-001 Figueira da Foz, com o n.º telefone (00351) 233 402 000, fax (00351) 233 431 268, correio eletrónico concursos@hdfigueira.min-saude.pt relativo ao Serviço de Aprovisionamento, responsável pelo presente Concurso e endereço de plataforma eletrónica www.acingov.pt.

### Artigo 3.º

**CONTRATO**

**1.** O contrato é celebrado por escrito, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos e é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

**2.** Na interpretação e execução do contrato devem observar-se, para além de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis:

**a)** Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

**b)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

**c)** O presente Caderno de Encargos;

**d)** A proposta adjudicada;

**e)** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

**3.** Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

**4.** Em caso de divergência entre os documentos referidos no ponto 2., e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

**5.** Sem prejuízo do disposto em outros documentos relevantes, a interpretação e execução do Contrato devem ser sempre orientadas de forma a assegurar a celeridade, a eficiência e a eficácia da execução do contrato.

### Artigo 4.º

#### PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato a celebrar produz efeitos de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, sem prejuízo das demais obrigações que perdurem após a conclusão do mesmo.

## OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

#### OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

### Artigo 5.º

#### OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

**a)** Obrigação de prestação dos serviços identificados na sua proposta;

**b)** Obrigação do cumprimento do prazo de execução dos serviços;

**c)** Obrigação de continuidade da prestação dos serviços durante o prazo de vigência do contrato;

**d)** Cumprir os requisitos e respeitar o disposto no presente Caderno de Encargos e respetivo Programa de Concurso.

### Artigo 6.º

#### PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - OBJETO DO CONTRATO

**1.** Os serviços objeto do contrato devem ser fornecidos no prazo constante da proposta a adjudicar, não podendo exceder os prazos máximos previstos para o fornecimento.

**2.** Todas as despesas e custos com os serviços objeto do contrato a celebrar são da responsabilidade do fornecedor.

**Artigo 7.º**

**OBJETO DO DEVER DE SIGILO**

**1.** O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao do HDFF, EPE, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

**2.** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

**3.** Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Artigo 8.º**

**NEGOCIAÇÃO**

1. O HDFF, EPE poderá adotar uma fase de negociação de propostas, nos termos do disposto no art.º149.º e seguintes do CCP
2. A negociação é restringida às três propostas admitidas com o mais baixo valor global proposto.
3. A negociação das propostas decorrerá totalmente por via eletrónica pelo que serão notificados da data e hora via plataforma eletrónica.
4. A negociação incidirá sobre o valor da respetiva proposta.

**OBRIGAÇÕES DO HDFF, EPE**

**Artigo 9.º**

**PREÇO CONTRATUAL**

**1.** Pela aquisição dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes das peças que compõem o presente procedimento, o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for devido.

**2.** O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e demais despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao HDFF, EPE.

**3.** Os preços serão considerados válidos para todo o período de vigência do contrato, não podendo sofrer alterações.

## Artigo 10.º

### CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

**1.** A quantia devida pelo HDFF, EPE deve ser paga no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas.

**2.**As faturas serão emitidas em função e na proporção dos fornecimentos após confirmação pelo HDFF,EPE.

**3.** Em caso de discordância por parte do HDFF, EPE, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder a emissão de nova fatura corrigida.

**4.** O HDFF,EPE não pagará os serviços sem prévia nota de encomenda, ou respetiva requisição de serviços.

**5.** Todas as faturas deverão indicar o número da nota de encomenda, ou respetiva requisição de serviços que respeitam.

**6.** Aceitam-se prazos de pagamento alternativos com apresentação de descontos financeiros.

## PENALIDADES CONTRATUAIS

## Artigo 11.º

### INCUMPRIMENTO

**1.** Em caso de incumprimento do estipulado nos presentes artigos, o HDFF, EPE, notificará o fornecedor para que, corrija a situação detetada de imediato.

**2.** O incumprimento grave e reiterado das normas constante deste documento, poderá constituir fundamento para a rescisão imediata do contrato, sem direito a indemnização, independentemente de demais ações previstas na lei e de outros procedimentos que o HDFF, EPE julgue dever adotar.

## Artigo 12.º

### SANÇÕES POR INCUMPRIMENTO

**1.** Nos casos em que, injustificadamente, o fornecedor recuse fornecer os serviços ou se atrase, deverá aplicar-se, independentemente de outras previstas no contrato ou impostas pela lei, o seguinte regime de penalidades:

**2.** No caso dos serviços fornecidos não cumprirem com as caraterísticas previstas nas peças do procedimento e proposta do fornecedor, após informação neste sentido dada pela Direção Clínica, o médico deve ser substituído.

**3.** Caso a escala não seja apresentada até ao dia 20 do mês anterior completamente preenchida para conhecimento e validação da direção da URA e da Direção Clínica, ao fornecedor será aplicada uma penalização de 1,00 € (um euro) por cada turno em aberto, devendo a escala ser preenchida até ao dia 23, caso não preencha será a empresa responsável pelo reembolso ao HDFF, dos valores que este tenha sido obrigado a suportar, aferida pela diferença entre valores a pagar.

**4.** A aplicação de sanções contratuais obedece ao disposto no artigo 329.º do CCP.

## Artigo 13.º

### SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO

Sempre que se verifique uma suspensão parcial ou temporária por razões imputáveis ao fornecedor, este indemnizará o HDFF, EPE, no valor correspondente a todos os encargos decorrentes da situação.

## Artigo 14.º

### FORÇA MAIOR

**1.** Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias a vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever a data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

**2.** Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

**3.** Não constituem força maior, designadamente:

**a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

**b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

**c)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

**d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

**e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

**f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

**g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

## Artigo 15.º

### RESOLUÇÃO POR PARTE DO HDFF, EPE

1.Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o HDFF, EPE, pode resolver o contrato, a título sancionatório, logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente Caderno de Encargos, ou concretamente, quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao contratante:

**a)** O fornecimento dos serviços se encontre gravemente prejudicado;

**b)** A prática de atos dolosos ou negligentes que alterem o bom fornecimento;

**c)** Grave incumprimento das obrigações assumidas no contrato bem como em todas as peças procedimentais que dele fazem parte integrante.

**2.** A decisão da rescisão carece de fundamentação nos termos da lei geral, devendo constar das notificações e providências adotadas para se obter do fornecedor o cumprimento do contrato a justificação para o seu incumprimento.

**3.** A rescisão do contrato com base nos pontos 1 e 2 deste artigo determinará a perda do direito à caução prestada e não dará lugar a qualquer indemnização por parte do HDFF, EPE, independentemente de demais ações previstas na lei e de outros procedimentos que o HDFF, EPE julgue dever adotar.

**4.** O disposto na cláusula anterior não prejudicará o pagamento dos fornecimentos já efetuados em conformidade com as condições contratuais definidas.

### Artigo 16.º

#### RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR

**1.** O fornecedor poderá resolver o contrato nas situações previstas no n.º 1 do artigo 332.º, do CCP.

**2.** O direito de resolução é exercido por via judicial.

**3.** A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

## CAUÇÃO

### Artigo 17.º

#### CAUÇÃO

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida prestação de caução.

## RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

### Artigo 18.º

#### FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

### Artigo 19.º

#### CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO

**1.** A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual dos direitos e obrigações decorrentes do contrato depende da autorização da entidade adjudicante.

**2.** A autorização da cessão da posição contratual e a subcontratação depende ainda da apresentação pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.

### Artigo 20.º

#### COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

**1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas aos responsáveis que vierem a ser identificados, através dos meios a definir no contrato a outorgar.

**2.** Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### Artigo 21.º

#### ADJUDICAÇÃO POR LOTES

Nos termos do disposto do n.º 5 do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, é possível a celebração de contrato com combinação de vários ou totalidade de lotes a concurso, se aplicável.

**ANEXO A**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

O Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, pretende adquirir Serviços Médicos de Clinica Geral, num total estimado de **4.368 horas/ano**, conforme a seguinte tabela:

| | Horas estimadas/Semanais | Valor Estimado Hora |
|---|---|---|
| **Clínica Geral** a) | 84H | 22,00€ |

a) (noturnas – 20h – 08H)

A distribuição compreenderá um médico de Clínica Geral do dia 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, das 20h00 às 08h00, 12 Horas, distribuídos por 7 dias semanais.

**A escala das horas necessárias/estimadas deverá ser apresentada até ao dia 20 de mês anterior para validação do HDFF, E.P.E. designadamente pela Direção Clínica.**

**A escala é exemplificativa e poderá ser ajustada consoante as necessidades.**